

**NATUREZA E CAPITALISMO:  
UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA MARXIANA**

**NATURE AND CAPITALISM:  
AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE MARXIAN THEORY**

Samia Mercado Alvarenga<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0003-4192-9898>

**Resumo:** A inegável relação entre o processo de produção e a natureza consiste na transformação e domínio da natureza pelo homem. Desse modo, na visão mais primária do trabalho, economia e a natureza estão interligadas no sistema produtivo. Entretanto, tal relação vivenciou um distanciamento quando as transformações tecnológicas tonaram-se verdades incontestáveis no capitalismo pós-Revolução Industrial. Diante da eminente crise ambiental assumida mundialmente desde os anos 70, faz-se necessário investigar a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável para além do *mainstream* econômico. Nesse sentido, objetiva-se verificar as contribuições do marxismo para a discussão do contexto ambiental de degradação no intuito de responder se existia em Marx uma preocupação do ponto de vista econômico, mesmo que embrionária, com a sustentabilidade ambiental do sistema capitalista. A partir das análises teóricas contidas no presente estudo, identificou-se que a teoria do valor de Marx fornece ferramentas para o entendimento da degradação ambiental no modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** Marxismo, Ecomarxismo, meio ambiente, sustentabilidade, capitalismo.

**Abstract:** The undeniable relation between the process of production and nature consists in the transformation and domination of nature by man. Thus, in the most primary view of labor, economics and nature are interconnected in the productive system. However, this relationship experienced a distance when technological transformations became indisputable truths in post-industrial capitalism. In the face of the eminent environmental crisis that has been taking place worldwide since the 1970s, it is necessary to investigate the environmental issue and sustainable development beyond the economic mainstream. In this sense, the objective is to verify the contributions of Marxism to the discussion of the environmental context of degradation in order to answer if there was in Marx a concern from the economic point of view, even if embryonic, with the environmental sustainability of the capitalist system. From the theoretical analyzes contained in the present study, it was identified that Marx's value theory provides tools for the understanding of environmental degradation in the capitalist mode of production.

**Keywords:** Marxism, Ecomarxism, environment, sustainability, capitalism.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG.  
[samia\\_alvarenga@hotmail.com](mailto:samia_alvarenga@hotmail.com)

## **Introdução**

No seu surgimento, economia e política constituíam uma unidade de tal forma que as decisões de produção eram também decisões políticas orientadas por uma ética pré-mercantil em que um senhor feudal, um estado tributário ou escravista regulava o excedente. A produção de riqueza esteve desde sua origem ligada, direta ou indiretamente, à natureza, uma vez que essa é a provedora primária de insumos. Seja com os fisiocratas ou com os clássicos, a dimensão natural era tida como base da produção e fonte de toda riqueza (MATTOS, 2007).

A economia separada da moral, da ética e, portanto, da política, marcou o surgimento da produção mercantil e o apogeu das relações capitalistas em que as decisões de produzir passaram aos detentores dos meios de produção, os quais incorporavam os mecanismos de mercado cujo preceito residia na busca incessante por lucro. Diante disso, a economia neoclássica tem seu esplendor e apartamento da política, se refletindo no distanciamento das preocupações econômicas com o meio ambiente, especialmente no que tange à exiguidade dos recursos naturais (FOLADORI, 1999).

Devido à busca pelo lucro, o capital desde a sua formação age tão somente em função dos seus interesses imediatos, configurando em última instância uma omissão em preservar os recursos naturais. Por serem os capitalistas os proprietários dos meios de produção, a única preocupação que demonstram é na superação de seus concorrentes e no controle sobre o trabalho. A demonstrada omissão é sentida, principalmente, por volta da década de 1970 do século XX, quando a ineficiência das relações de mercado em tratar dos recursos disponíveis na natureza se manifesta em exacerbada poluição e degradação do meio ambiente, as quais atingem níveis alarmantes. Na tentativa de oferecer soluções à crise ambiental, as teorias econômicas se reinventam.

Entre as principais correntes que se ocupam das questões ecossistêmicas, destaca-se o Ecomarxismo, segundo a qual todas as relações, inclusive as que concernem à transformação da natureza, sejam essas transformações energéticas ou materiais, derivam das relações sociais de produção. Para os autores defensores da tradição marxista, há praticamente um consenso de que o agravamento da crise ambiental resulta da dinâmica social de alienação produtiva do capitalismo, onde a acumulação de capital baseada na produção descontrolada, no consumismo desenfreado e na ampliação da exploração do trabalho colocam a diminuição de custos e o aumento dos lucros como centrais na economia, virando as costas para as questões ambientais.

Isso posto, objetiva-se verificar as contribuições do marxismo para a discussão do contexto ambiental de degradação no intuito de responder se existia em Marx uma preocupação, mesmo que embrionária, com a sustentabilidade do sistema capitalista em relação aos recursos naturais? Para resgatar em Marx elementos que remontem a aspectos ecológicos em sua teoria, de modo a averiguar a conexão existente da teoria marxiana e as implicações dessa para as análises ambientais, propõe-se, especificamente, explanar as contribuições do pensamento marxiano mediante uma breve revisão da bibliografia marxista e da moderna literatura ecomarxista. Estudos nessa direção se fazem relevantes, haja vista as contribuições de tal discussão para pensar a gestão produtiva de modo a auxiliar a tomada de decisões no sentido de levar em consideração os limites naturais inerentes, e que são, na maioria das vezes ignorados pela lógica de mercado capitalista.

### **Meio ambiente e marxismo**

A “economia ambiental” é a primeira corrente que, fomentada pela crise ambiental da década de 70, insere a natureza no aporte econômico. Através da Economia Ambiental os preceitos neoclássicos são adaptados para contemplar as questões ambientais na forma de externalidades negativas do mercado. Logo, não escapa da lógica mercantilista de precificação e da busca por maiores lucros ancorados em maior produtividade (MARTÍNES-ALIER, 1995). Por esse motivo, faz-se uma análise reduzida do meio ambiente e oferece-se poucas soluções ao dilema contemporâneo de crise ambiental, já que não se preocupa exatamente com a natureza, e sim em como tirar dela o melhor proveito (CECHIN, 2010).

A segunda corrente é a “economia ecológica”. Esta se opõe ao paradigma mecanicista e por meio da termodinâmica inclui os fluxos de energia nas análises econômicas. O foco dessa corrente é a escassez dos recursos não renováveis e a impossibilidade entrópica da reversão dos processos (LATOUCHE, 2009). Do ponto de vista material, o viés termodinâmico da economia ecológica vê o sistema econômico como um subsistema aberto dentro de um sistema fechado, esse último engloba a terra como um todo (CECHIN, 2010). Embora apresente uma revolução no pensamento econômico, o teor radical de suas propostas colocava dúvidas quanto a sua aplicabilidade.

Tanto a Economia Ambiental como a Economia Ecológica defrontam-se como Ecomarxismo, corrente que estuda as questões ambientais sob a ótica dialética e materialista de Marx. Nessa perspectiva, a crise ambiental contemporânea é um reflexo da produção

mercantil, que para realizar níveis crescentes de lucro subordina a relação sociedade/natureza às contradições capitalistas, que por sua vez ignoram os limites biofísicos. Segundo Marx (2013), é a atividade teleológica de modificação da natureza que diferencia o ‘homem’ dos demais animais. Ou seja, é o trabalho, visto como atividade elementar humana, que possibilita ao homem o seu intercâmbio orgânico com a natureza a fim de retirar dela seus meios de sobrevivência.

Esse intercâmbio material com a natureza, porém, é dirigido “a produção de valores de uso - apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas - condição universal do metabolismo entre homem e natureza”. Em termos genéricos o trabalho é “(...)o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento das suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado” (LUKÁCS, 1979, p. 87).

Dessa forma, o ato de produzir nada mais é do que transformar a natureza através do trabalho. A partir disso, depreende-se que a alienação do homem em relação ao trabalho só foi viabilizada mediante a alienação da humanidade em relação à natureza retratada por ele como “Acumulação primitiva de capital”. Ao denunciar a exploração do trabalhador, Marx foi o primeiro a demonstrar explicitamente preocupações advindas do uso inconsequente do meio ambiente manifestando, antes de qualquer outra teoria ecológica, que a relação de expropriação do trabalho se realizava à custa da expropriação da natureza.

A alienação do trabalhador quanto aos meios de produção era, portanto, uma consequência da sua alienação em relação à terra, a qual no capitalismo tomou forma de propriedade privada, desprovida de valor específico (QUAINI, 1982). Mesmo que somente o trabalho seja capaz de produzir riqueza social, de acordo com Marx, a natureza é “a fonte dos valores de uso” em que consiste propriamente a riqueza material (MARX, 2012, p. 23).

A conexão homem-natureza através da produção foi concebida por Marx como “metabolismo social” (*Stoffwechsel*). Esse conceito se encontra em *O Capital* incorporado à visão materialista da história em que “[e]le (o processo de trabalho) é a condição universal da interação metabólica (*Stoffwechsel*) entre o homem e a natureza (...)” (MARX, 1975: 290). Neste contexto, o antagonismo cidade e campo, trabalhador e terra, inerente ao modo de produção capitalista, constituía uma “falha metabólica” insanável. A “falha metabólica”

engendrada por Marx para expressar a alienação material dos trabalhadores frente às condições naturais expunha a insustentabilidade resultante da lógica capitalista.

Ainda no Livro I de *O Capital*, Marx cita, como exemplo, os solos ingleses exauridos pelo desejo de lucro, indicando que a agricultura havia deixado de ser “autossustentável” quando sua finalidade passou a servir à geração de mais valia e não mais à subsistência. Outrossim, os mecanismos de mercado orientados pelas flutuações de preços se opõem ao ritmo natural da terra, que para ser cultivada requer condições que viabilizassem o suprimento da “cadeia de gerações humanas” (MARX; ENGELS, 1988: 754). Está estabelecido aqui o fundamento do que futuramente veio a ser definido pela *Comissão de Brundtland* como desenvolvimento sustentado, tomado como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer o provimento das necessidades de gerações futuras (FOSTER, 2005).

Apesar da proposta de sustentabilidade contemporânea aparentemente se assemelhar com o que Marx chama de sustentável, em essência, ela se distancia por completo da concepção *ecomarxista*. No Livro III de *O Capital*, Marx enfatiza que a “fratura metabólica” só seria restabelecida à medida que os produtores associados passassem a governar o “metabolismo” de forma racional subjungando-o ao controle coletivo (MARX; ENGELS, 1988: 959). A racionalidade apontada por Marx remete à produção da riqueza social regulada pelos seres humanos com o intuito de produzir para suprir o gasto energético mínimo das necessidades básicas.

O racionalismo empregado por Marx se contrapõe ao racionalismo pregado pelo *mainstream* como comportamento intrínseco ao *homo economicus*. No último caso, a racionalidade está ancorada na maximização da utilidade que, por sua vez, serve às necessidades de lucro do capital e não às necessidades essencialmente humanas. Isso implica que o conceito de sustentabilidade defendido atualmente tem sua essência corrompida pela lógica capitalista em três pontos principais:

1) o primeiro diz respeito à abrangência do termo “necessidades”, posto que, na sociedade contemporânea, as necessidades aceitas como legítimas não são somente as necessidades básicas de sobrevivência e perpetuação da espécie, como também as necessidades derivadas de criações mirabolantes do capital para angariar mais-valia via consumo em massa (DA SILVA, 2011);

2) o segundo está atrelado ao conceito de racionalismo por detrás do modo de produção, que no capitalismo supõe a alocação ótima de recursos a qual é regulada pelos mecanismos de mercado ditados por variações nos preços. Conforme Marx, “o modo pelo

qual o cultivo de determinadas lavouras depende das flutuações dos preços de mercado e as mudanças constantes do cultivo com estas flutuações (...) é contraditório com a agricultura que precisa se preocupar com toda gama de condições de vida...” (MARX; ENGELS, 1988: 754)

3) o terceiro reporta-se à propriedade privada, preceito inviolável do sistema capitalista e tão absurdamente inconcebível na ótica marxista quanto “a propriedade privada de um homem por outros homens...” (MARX; ENGELS, 1988: 911). Marx deixa claro que a terra não tem dono, apenas posseiros e que a estes cabe “legá-la em melhor estado às gerações que as sucedem” (MARX; ENGELS, 1988: 911).

De forma sucinta, a sustentabilidade que pode ser entendida a partir de Marx se mostra incompatível com a produção capitalista em larga escala, não só porque esta extrapola o suprimento das necessidades de manutenção e reprodução humana, como também porque a posse da terra pelo capital para fins mercadológicos, além de se opor à propriedade comunal inalienável, não garante o aproveitamento intertemporal do solo (MARX; ENGELS, 1988: 948-949). Para Marx, a sustentabilidade só seria viável dentro de um sistema comunista ou socialista voltado para a satisfação das necessidades do ser humano não havendo produção direcionada para acumulação de capital (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012).

Outro ponto a ser considerado são as crises que constituem a dinâmica do capitalismo, apontadas por Marx como o reflexo das contradições próprias do sistema produtivo, cuja intensificação da exploração das fontes de lucros com o tempo corrói os sustentáculos do capitalismo. Quanto às crises, há as cíclicas, ditas conjunturais, que acontecem dentro de uma crise maior, chamada estrutural (DA SILVA, 2011). As crises conjunturais são recorrentes no médio e curto prazo, e estão relacionadas à primeira contradição básica do capitalismo, atrelada ao funcionamento interno do sistema cuja necessidade de exploração constante das forças produtivas, especialmente a subsunção do trabalho, deteriora o poder de compra à medida que a relação entre mais-valia e capital variável produz aumento dos lucros (MONTIBELLER-FILHO, 2000).

Enquanto as crises conjunturais reportam-se às relações de produção, a crise estrutural diz respeito às condições de produção, sendo caracterizada pela tendência secular e irreversibilidade a qual depõe sobre a insustentabilidade capitalista. Em outras palavras, a crise estrutural tende ao aprofundamento, podendo provocar colapso no funcionamento produtivista do capital. Nela está introduzida a segunda contradição, que trata da relação exploratória que o capitalista desenvolve com o meio ambiente.

O ponto central da segunda contradição é a relação do capital com a natureza que apesar de parecer benéfica no curto prazo, seja para o capital, para a natureza ou para ambos, acaba acometendo restrições às condições externas de produção que podem ser entendidas como custos sociais, os quais não são computáveis na produção, encontrando-se fora da valoração mercantil. Entre os principais custos sociais destacam-se a poluição do ar, da água, extração de matérias e todos os demais custos que ao longo do tempo implicam restrições naturais à reprodução capitalista (MONTIBELLER-FILHO, 2000).

A primeira contradição e a segunda estão associadas de modo que os ciclos conjunturais conduzem ao agravamento da crise estrutural sendo que os limites naturais por ela impostos, seja em ofertar recursos ou absorver rejeitos, atestam a inviabilidade de um desenvolvimento enquanto for mantido o paradigma capitalista de lucros baseado na expropriação do trabalho e da natureza. Isso porque a segunda contradição revela a índole destrutiva do capitalismo, evidenciando sua insustentabilidade (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012).

### **Considerações finais**

Mesmo que Marx não atribuísse de forma explícita valor à natureza, a não ser quando ela é transformada pelo trabalho, o trabalho só consegue produzir devido ao uso dos recursos naturais, ou seja, o trabalho só produz riqueza porque há matéria a ser transformada pelo homem, a qual vem direta ou indiretamente da natureza. Uma crítica frequente é que o Marxismo oferece pouca contribuição à análise ecológica, haja vista a ausência da ruptura com o paradigma econômico mecanicista (FOSTER, 2005). Independentemente de ter ou não se desprendido no fluxo circular da renda, seria incorreto afirmar que sua teoria do valor era indiferente ao fluxo energético da matéria, dada a centralidade que Marx imputou à noção de metabolismo social.

Por mais que não tenha explicitado, Marx parecia sim, ter a clara noção de que o processo produtivo envolvia transformação da matéria em energia. O que fica comprovado no volume III de *O Capital*, quando menciona os resíduos da produção como: “excremento produzido pelo metabolismo do homem” (MARX; ENGELS, 1988 - Vol. 3, p. 195). Dessa forma, o sentido que Marx atribuía ao “metabolismo” perpassa o processo vinculatorio dos seres humanos à natureza por meio do trabalho, acrescentando ainda significado biológico, social e ecológico.

A partir da conexão entre a alienação do trabalho e a alienação da natureza por meio da “*fratura metabólica*”, Marx explica a importância da natureza para o homem dentro do processo de produção, considerando-a como seu corpo inorgânico. Sendo a natureza a provedora de recursos para o sistema econômico e o capitalismo um modo de produção baseado em consumo, Marx reconhece nas contradições fundamentais que um crescimento infinito levaria à exiguidade dos recursos e propõe ao longo de sua obra os caminhos para uma sustentabilidade muito diferente da concebida pela lógica capitalista.

Assim, admite-se que as contribuições do marxismo para o desenvolvimento sustentável, cujas bases foram perdidas na evolução capitalista, se fizeram antes mesmo do *ecomarxismo* se consolidar como corrente alternativa. Quando visto com um olhar mais crítico, é possível reconhecer em Marx os alicerces de uma economia que se pretendia sustentável. Entretanto, talvez pelos problemas ambientais não serem tão urgentes em sua época como o são agora, as análises da sua teoria do valor tenham direcionado mais atenção à relação trabalho e capital, não desenvolvendo tanto a preocupação ambiental por detrás dela. Esse fato, contudo, não é uma falha de Marx, e sim das interpretações de sua obra que foram omissas com a questão ambiental.

Seria então o socialismo ou o comunismo uma solução sustentável? Autores como Leff (1994) acreditam que qualquer sistema produtivista, seja ele capitalista ou socialista são antiecológicos e insustentáveis. Porém, cabe ressaltar que para Marx a produção não é propriamente o problema, e sim as relações de expropriação atreladas a ela. Dessa forma, o socialismo e o comunismo se mostram uma alternativa perfeitamente sustentável, visto que ao extinguir a propriedade privada, e ao direcionar a produção de um excedente social e não privado, busca harmonizar a relação do homem com a natureza de modo que o “equilíbrio metabólico” se refaça.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CECHIN, Andrei. *A natureza como limite da economia—a contribuição de Georgescu-Roegen*. São Paulo: Edusp/Senac, 2010.

DA SILVA, Alex Sander. *Fetichismo, alienação e educação como mercadoria*. Reflexão e Ação, v. 19, n. 1, p. 123-139, 2011.

FOLADORI, Guillermo. *Marxismo e meio ambiente*. Revista de Ciências Humanas, n. 25, p. 82-92, 1999.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Editora Record, 2005.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. *A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável*. Rev. katálysis, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2012.

LATOUCHE, Serge. *Pequeño tratado deldecrecimiento sereno*. Icaria, 2009.

LEFF, Enrique et al. *Sociología y ambiente: formación socioeconómica, racionalidad ambiental y transformacionesdelconocimiento*. *Cienciassociales y formación ambiental*, p. 17-84, 1994.

LUKÁCS, G. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. *O capital: Crítica da economia política – Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. *O capital: livro I, vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. pag 290

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Capital, vol. 3: The process of capitalist production as a whole*. Buccaneer Books, 1988.

MATTOS, L. V.; *As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações*. Revista de Economia Política, vol. 27, nº 1 (105), pp. 108-129, janeiro-março/2007.

QUAINI, Massimo. *Geography and marxism*. Barnes & Noble, 1982.